

**CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL DO ALTO MINHO
REUNIÕES TERRITORIAIS - IDENTIFICAÇÃO DE LINHAS DE ATUAÇÃO**

1. Localização, acessibilidades e mobilidade no Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Centralidade do território preenchendo a maior parte do eixo de desenvolvimento Porto-Vigo, com curta distância a porto comerciais marítimos (Porto de Leixões) e aeroportos internacionais (Sá Carneiro, Vigo e Santiago); • Proximidade ao território espanhol nomeadamente com a Galiza; • Proximidade ao único Parque Nacional do país; • Locais de passagem dos caminhos de Santiago; • Boas acessibilidades (autoestradas); • Boa rede viária estruturante, com dois itinerários principais com perfil de autoestrada e uma razoável cobertura de vias classificadas no Plano Rodoviário Nacional; • Transfere para o Aeroporto Sá Carneiro (transporte) ligando várias sedes de concelho; • Existência de Companhias <i>low cost</i> a operar no aeroporto Sá Carneiro (Porto). • A estrada sinuosa é um fator secundário para quem passeia mas se associarmos a este percurso a valorização paisagística será uma forma de vender melhor o território “vender” os acessos com património; • Excelente rede viária capilar que garante a acessibilidade a todos os pontos do território, poupando a maior parte das áreas ambientalmente sensíveis de fluxos significativos de tráfego de passagem; • O custo das autoestradas é elevado e pode ser um fator que motive o uso de percursos alternativos; • Bus aldeia – empresa sediada em Viana do Castelo e que pretende dinamizar o transporte para as aldeias. • Espanha está a oferecer transporte de autocarros a sair de Vigo (para o Porto), 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial desenvolvimento do conceito de estradas cénicas e históricas nas estradas mais interessantes para desenvolver rotas panorâmicas dentro do território e identificação de investimentos quanto à sua sinalização, miradouros e outras pequenas infraestruturas e recuperação de pavimentos mais degradados; • Conhecer/analisar o conceito “Bus aldeia” implementado em Viana do Castelo e avaliar a possibilidade do mesmo ser replicado nos restantes municípios do território CETS; •

passando em Monção e Valença com preços significativamente mais baixos que a rede de transporte portuguesa – Autã;	
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Não aproveitamos a proximidade ao mercado de Vigo; • Dificuldade no acesso à marina do Porto de Viana do Castelo; • Custo das acessibilidades (portagens) e a forma de pagamento complicada e desconhecida por parte dos visitantes, criando uma má imagem do território como destino turístico de excelência; • Deficiente sinalização intrarregional. • Deficiência geral na mobilidade, com assimetrias regionais nos serviços de transporte público, especialmente aos fins-de-semana, em especial nos municípios mais de interior; • Deficiente manutenção da rede viária secundária, em especial da rede viária florestal (Limpeza de bermas; Inexistência de barreiras de segurança (rails); Mau estado do piso); • Progressivo agravamento do estado de conservação da rede viária local (municipal e vicinal); • Deficiente cobertura de serviços, equipamentos e infraestruturas, de apoio aos utentes das vias secundárias, sobretudo nas áreas mais recônditas, afetando a sua fruição, conforto e segurança, designadamente quando se trata de turistas estrangeiros; • Deficiente rede de transportes públicos e de relações intermodais; • É impossível percorrer o território em transportes públicos, estando a mobilidade condicionada a transportes próprios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a limpeza, sinalização e recuperação das estradas (nacionais e municipais), principalmente aquelas com potencial cénico; • Trabalhar com os municípios e empresários diferentes estratégias de absorção dos custos das SCUTS e de informação sobre o procedimento de pagamento (a exemplo do que já foi feito por alguns dos municípios do território); • Estudar possíveis estratégias de organização do transporte associativo de nove lugares existentes no território CETS e que, desde que devidamente organizado e com o apoio dos municípios, poderia constituir-se como uma importante oferta de transporte público; •

2. Património Natural, Histórico e Cultural do Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial da rede hidrográfica para a pesca desportiva e outras atividades; • Existência de medidas de conservação do património natural; • O património é um ativo que pode representar neste território um enorme valor económico; • Crescente sensibilidade da população para o património natural e para as questões ambientais, assumindo o desempenho de salvaguarda ativa como fiéis depositários desses valores; • Quantidade e diversidade de áreas naturais protegidas e classificadas, algumas internacionalmente conhecidas e de valores culturais classificados ou simplesmente inventariados, que constituem um potencial recurso para o desenvolvimento turístico; • Diversidade dos recursos naturais com potencial turístico; • Riqueza e diversidade do património imaterial; • Genuinidade dos valores da cultura local; 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o ordenamento e infraestruturação dos principais rios do território (principalmente do rio Lima) para a prática, em segurança, das atividades de animação turística e pesca desportiva (infraestruturas de apoio à entrada e saída, balneários, saídas de emergência, limpeza de margens, sinalização, pequenos abrigos, etc.); • Promover o desassoreamento do estuário do rio Minho para o seu aproveitamento turístico; • Criação de um Grupo de Trabalho específico à Temática da Serra de Arga constituído pelos municípios, população local e empresas de animação turística para promover a implementação ativa do Plano Setorial da RN2000, resolver os problemas de conflitos de uso e avaliar o interesse de proceder à sua classificação no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas; • Integrar no possível projeto de Turismo Religioso que está a ser desenvolvido no território CETS do PNM, procurando também melhorar o projeto do Caminho de Santiago. Incluir também a Diocese de Lamego (Território CETS das Montanhas Mágicas); • Encontrar estratégias que permitam aproveitar e valorizar a diversidade de paisagens disponível no território CETS (mar, rio, montanha, planalto...) elementos naturais únicos do território; • Encontrar formas de promover a recuperação de algum património histórico-cultural do território (muito do qual privado) que se encontra em avançado estado de degradação e que têm um elevado interesse turístico (p.e através do apoio financeiro das ADL's com a condição de estarem abertos ao público); •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estratégias de valorização do património que promovam uma filosofia autossustentável de valorização dos recursos endógenos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Explorar as potencialidades do Enoturismo no território CETS associado à produção/Rota de Vinho Verde;

<ul style="list-style-type: none"> • Má gestão /ordenamento dos recursos cinegéticos e piscatórios, problemas na gestão das concessões de pesca e dificuldades na obtenção de licenças; • Incêndios florestais e proliferação de espécies não autóctones por gestão deficiente da floresta; • Deficiente fiscalização e frequente impunidade de ações que geram a degradação da paisagem ou implicações ambientais, muitas vezes com consequências irreversíveis para a sustentabilidade do património natural e cultural; • Uso desconforme dos valores patrimoniais, por excesso da capacidade de carga ou utilização desajustada das funções que lhes são impostas; • Inexistência de limpeza dos acessos a locais com interesse turístico que impede a visita (património natural e cultural); • Problemas diversos na manutenção do património; • A comunidade local não reconhece e não valoriza devidamente o património; • Muito do património não é visitável; • Identificação/ informação/sinalização do património muito insuficiente; • Pouco conhecimento do património cultural e das suas implicações, por insuficiência de informação e por deficientes condições de interpretação e reforço de afinidades; • Pouca valorização da biodiversidade vegetal e do uso de plantas na gastronomia (ex. urtigas – sopa e conserva) e para tratamentos medicinais • Não promoção de algumas valências nomeadamente rotas; • Degradação do património edificado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Procurar o envolvimento da comunidade local na atividade turística (absorvendo conhecimento das suas práticas com benefício económico; repovoação dos territórios; etc.); • Encontrar soluções mais eficientes de comunicar, à população local, as iniciativas levadas a cabo pelas entidades do território (p.e. a CETS) e sensibiliza-la para a importância da preservação dos valores e recursos naturais do território, bem como para o conceito “Turismo de Natureza” e todas as questões relacionadas, envolvendo-os diretamente no desenvolvimento do produto turístico; • Promover a constituição de um Grupo de Trabalho específico à organização do produto “Pesca à Pluma”, onde sejam discutidos todos os aspetos necessários a criação/promoção e venda do produto; (p.e. limpeza das margens, construção de pequenas infraestruturas de abrigo, promover a recuperação das reservas e a reintrodução de espécies piscícolas, etc.); • Promover a elaboração de um regulamento para a recuperação das aldeias tradicionais, um dos principais ativos do território; •
---	--

3. Serviços turísticos do Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Oferta significativa de alojamento, restauração e serviços de animação; • Existência de serviços turísticos com qualidade (alojamento, restaurante, etc.); • A diversidade do território permite uma variadíssima oferta de programas de animação, com custo reduzidos, com baixa sazonalidade estendida a todo o território; • A nossa estrutura fundiária, com pequenos produtores, permite implementar os circuitos curtos de comercialização e usar exemplos como o projeto Prove (cabazes, etc.) – e fazer chegar os produtos locais aos restaurantes e incentivar o desenvolvimento de ementas com produtos locais; • Potencial do litoral para os desportos náuticos e desenvolvimento de atividades náuticas que mantém a afluência durante todo o ano; • Formação profissional de agentes relacionados com os empreendimentos turísticos; • Existências de postos de informação interativos; • Consciência do sector para a necessidade e vantagens de cooperar e integrar = aumentar a cadeia de valor; • Fiscalização dos empreendimentos que estão a funcionar ilegalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer os estabelecimentos de alojamentos interessados como “Pontos de Informação do Território”, sendo capazes de dar informação do território e dispor de informação sistematizada sobre o mesmo, estabelecendo-se como “embaixadores” do território (implica formação, dispor de informação sistematizada nos quartos, etc.); • É importante promover a união/articulação e trabalho em parceira entre os empresários turísticos do território CETS e encontrar estratégias de intercâmbio de informação entre os empresários para a promoção do território e da oferta existente (p.e. o restaurante saber indicar a loja de produtos locais); • Promover a implementação da Fase II da CETS; • Avaliar o interesse na implementação no território do conceito bike hotel friendly, associado à organização do produto cicloturismo; • Promover as potencialidades do turismo náutico no mercado espanhol, mais especificamente no mercado galego; •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de formação adequada por parte dos operacionais (animação turística), bem como de outros profissionais do setor do turismo (no atendimento turístico, línguas (especialmente o inglês)); • Falta de regulamentação/standards de qualidade para o sector (animação turística); • Serviços pouco adaptados (horários, logística, etc.) a algumas solicitações mais específicas; • Escassa articulação entre as ofertas de alojamento, restauração com a animação turística existente por falta de organização e informação; • Insuficiência de lojas interativas de turismo; • Insuficiência dos serviços prestados pelos Postos de Turismo, quer na regularidade (Postos de turismo fechados ao fim de semana), quer no conteúdo das informações 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma central de reservas, com informação atualizada sobre a disponibilidade dos alojamentos, bem como com informação de interesse para os visitantes (em termos de transporte, horários, etc.) e que de ao mesmo tempo a possibilidade aos visitantes de avaliarem/pontuarem a oferta após a prestação do serviço; • Encontrar forma de articular entre os municípios do Alto Minho o sistema de aluguer de mp3 adquiridos no âmbito de um projeto da ADRIMINHO para todo o território; • Promover ao nível das CETS do Norte a discussão e encontro de soluções para a segurança relacionada com as atividades de animação turística de maior risco articulada entre empresas e GIPS/GNR;

<p>prestadas, designadamente da sua articulação em rede;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de técnicos qualificados nos postos de turismo, com um nível de conhecimento muito baixo da região; • Falta de visibilidade das empresas; • Falta de divulgação no interior pois muitas vezes trabalha-se mais a questão da comunicação para o exterior; • Serviço de restauração de fraca qualidade (não promovem o território nem os seus produtos, ex. vinho e cartas de vinho) e com horários por vezes desadequados (ex. restaurantes que fecham ao domingo); • Os empresários da restauração não aderem a ações de formação em áreas que não sejam as obrigatórias (ex. higiene e segurança no trabalho); • Falta de ligação entre produtores e restauração; • Ausência de inovação na oferta do setor da restauração (p.e inovar com base na gastronomia tradicional e produtos autóctones de qualidade); • Falta de opções de pratos vegetarianos na restauração; • Há ainda pouca cultura de gastronomia com cogumelos selvagens, inexistência de estímulo para a sua produção e falta de diversificação do seu uso culinário (escolas têm aqui um papel importante). • Desagregação da oferta para o segmento de Turismo de Negócios; • Clandestinidade da oferta: alojamento, restauração e empresas de animação turística; • Cobertura assimétrica do território por parques de campismo; • Rota dos Vinhos: sem informação e ligação com outros empresários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ao nível das CETS do Norte a discussão da recente legislação do Alojamento Local e se encontrem soluções que promovam a diminuição do número de camas ilegais; • Promover a elaboração de uma Carta de Atividades ao Ar Livre e a sua integração no PDM de cada município, por forma a regulamentar o desenvolvimento das atividades de animação turística no território e controlar/evitar os conflitos de uso que se verificam atualmente (p.e. na serra de Arga); • Promover a instalação de pequenos pontos de venda de produtos agroalimentares locais e artesanato nas empresas de alojamento e restauração do território; • Promover uma reunião entre os empresários da restauração do modo a encontrarem-se soluções que permitam a articulação de horários de funcionamento/período de encerramento para evitar a ausência de serviço em determinados dias e a partir de determinadas horas; • Criar um Grupo de Trabalho que possa congrega a oferta licenciada de empresas de Animação Turística do Alto Minho que identifique as empresas do setor, resolva as questões de “concorrência” das associações/clubes, e participe ativamente na gestão da rede de percursos, na rede de 140 km de ecopistas/ecovias e na criação de uma Grande Rota da região norte; •
--	---

4. Infraestruturas e Equipamentos turísticos do Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Boa qualidade e cobertura de infraestruturas e equipamentos turísticos; • Boa rede de percursos pedestres e existência de condições favoráveis/recursos para desenvolver percursos temáticos (ex. plantas aromáticas; cogumelos, etc.); • Excelente qualidade das praias marítimas; • Boa rede de educação e interpretação ambiental em todo o território; • Existência de museus com atividades interativas – exemplo de Paredes de Coura – confeção de produtos com receituário local e com produtos locais; • Potencial para a Rota dos Moinhos e a sua ligação com atividades económicas tradicionais; • Existência de condições favoráveis e potencial para a criação de uma oferta de atividades de parapente; • Caminhos de santiago <i>infraestruturados</i> (ex. <i>Albergues de Peregrinos</i>); • Existência de uma Rede de ecovias e ecopistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação de um Grupo de Trabalho integrado por representantes dos diferentes centros de interpretação e museus do território CETS por forma a encontrar formas de articulação e cooperação no que respeita a sua oferta (exposições, eventos, etc.); • Promover à escala interterritorial as bases de uma Grande Rota Pedestre e de um circuito bicicleta que una os 6 territórios CETS da Região Norte, bem como a ligação ao Eurovelo que passa em Ourense, Espanha integrando na sua discussão entidades públicas e privadas capazes de o identificar, desenhar e implementar; • Encontrar soluções que permitam resolver os problemas de carga e conflitos de utilização que se verificam atualmente no Caminho de Santiago; • Recuperar a Rota dos Miradouros da ADRIAL e encaixar com outras rotas do território para promover a circulação no território – criação de um conjunto de rotas/circuitos; •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Gestão precária dos equipamentos e infraestruturas (manutenção e limpeza, horários...) e problema de identificação; • Trilhos em excesso, com problemas de manutenção e de sinalização, e ausência de uma entidade que supervisione (avaliação permanente do estado de manutenção, etc.); • Existência de conflitos de uso nos trilhos – usos simultâneos por vários utilizadores com diferentes meios (bicicleta, pé e motorizadas, ...); • Falta de protocolos de evacuação e emergência; • Falta de divulgação de percursos; • Falta de gestão e fiscalização das zonas de pesca concessionadas; • Falta de infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca lúdica, bem como ao rafting, canoagem; 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontrar estratégias de cooperação entre os empresários do alojamento e da animação turística tentando de esta forma garantir a oferta de alguns serviços (p.e. guias, transferes, etc.) aos visitantes do território; • Redefinir as soluções técnicas e de materiais do equipamento/sinalética de informação de exterior ou optar por soluções tecnológicas virtuais sempre que possível; • Promover o licenciamento de algumas zonas fluviais que, apesar de não serem praias fluviais, são muito procuradas e, nalguns casos apresentam problemas de segurança; • Uniformizar os critérios de licenciamento dos trilhos definidos por cada um dos municípios do território CTS do AM; • Encontrar soluções que permitam uma gestão, manutenção, sinalização e

<ul style="list-style-type: none">• Falta de equipamentos e sinalização de entradas e saídas de percursos de rio (canyoning, rafting, canoagem, pesca);• Poucas piscinas públicas ao ar livre;• Falta de dinamização das estruturas multiusos (ex. para turismo de negócios);• A maior parte das praias existentes junto aos rios, não estão oficialmente designadas como Praias Fluviais, apesar de serem utilizadas, e por isso não estão equipadas nem vigiadas;• Mau ordenamento na utilização do espaço para turismo;• Condições de acessibilidade para pessoas mobilidade condicionada são deficitárias;• Subaproveitamento das redes infraestruturais de fibra ótica existentes;• Má gestão de resíduos e consequentes descargas na rede fluvial.	<p>monitorização semestral do estado atual da rede de percursos e das ecopistas/ecovias;</p> <ul style="list-style-type: none">• Criar uma plataforma que congregue a oferta de percursos do território CETS da Região Norte que permita verificar, em tempo real, o estado de conservação de cada percurso (ver exemplo da ADERE-PG);
---	--

5. Organização, promoção e venda do Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Vontade institucional por parte dos municípios para melhorar a organização e promoção do território; • Variedade de eventos existentes (festivais, feiras, gastronómicos...) que promovem o território; • A imagem do território que tem sido transmitida é, de um modo geral, favorável; • Esforço que tem sido feito, com evidentes resultados positivos, para afirmar a imagem do território; • Boa oferta de ensino profissional e universitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Importância do esforço conjunto de todos os parques da região Norte na obtenção da CETS em simultâneo por forma a ter uma oferta de turismo de natureza devidamente organizada e com uma escala que justifique uma promoção organizada com base na ERTPNP; • Identificar as necessidades de formação dos profissionais do setor do turismo do território CETS e definir um programa anual de formação com a colaboração das unidades de ensino/formação existentes no território; • Promover saídas de campo organizadas pelos empresários e para os empresários por forma a conhecerem o território e as atividades desenvolvidas por cada um deles (artesãos, animadores, restauradores, alojadores, etc.); •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Deficiente organização dos serviços e atividades turísticos (falta de integração e trabalho em rede); • Sobreposição de agenda de organizações/ eventos no mesmo território; • Falta de promoção conjunta e de integração de iniciativas e parceiros; • Falta de uma marca que venda o território (institucionalização de “Alto Minho”) e de uma estratégia promocional da mesma; • Não há promoção externa eficiente (falha das organizações institucionais, associações) e a mesma não valoriza a realidade do Alto Minho; • Inexistência de Operador Turístico que trabalhe o território no seu todo e poucas agências e operadores que trabalhem o <i>incoming</i>; • Necessidade de maior empenho e envolvimento dos municípios na promoção do território – mais próximos da realidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> • O Território deve conhecer/analisar quais as expetativas dos visitantes relativamente ao território; • Promover a participação conjunta dos municípios do Território CETS na Bolsa de Turismo de Lisboa e outras feiras internacionais (p.e. através da CIM); • É necessário organizar a oferta e, principalmente, saber comunicá-la/divulgá-la aos visitantes do território; • É necessário em primeiro lugar organizar a oferta e depois construir estratégias que nos permitam entrar nos canais de procura tentando assim atrair os visitantes ao território; • Criar um Grupo de Trabalho constituída pelos sete municípios que permita a articulação de uma agenda de eventos anual para todo o território CETS que permita uma complementaridade da oferta e combater a sazonalidade da procura turística; • Avaliar da vantagem de uma coordenação de esforços na oferta da animação entre empresas de animação e com os alojamentos em modelo p.e. tipo “I am here” por

	<p>forma a reforçar a capacidade da oferta e facilitar a comercialização dos vários serviços;</p> <ul style="list-style-type: none">• Organizar a oferta interna do território mas simultaneamente a necessidade de articular a oferta da CETS AM com a oferta das restantes CETS do Norte e com a oferta complementar da Região (Lamego, Chaves, etc.);• Criar uma aplicação móvel e uma plataforma única de informação, divulgação e promoção dos territórios CETS do Norte de Portugal (de preferência ligada ao website do Turismo do Porto e Norte);• Organizar a oferta do território por forma a poder entrar em canais de distribuição específicos (agentes de viagens e operadores turísticos) através do apoio e promoção da ERTPN (promoção interna) e da Associação de Turismo do Porto (promoção externa);• Estudar as possibilidades de desenvolvimento, organização e promoção de produtos específicos (p.e. cicloturismo);•
--	---

6. Contexto socioeconómico do Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Perceção generalizada relativa à importância estratégica do turismo, constituindo uma oportunidade de criação de novos postos de trabalho especializados; • O projeto CETS pode servir como motor de desenvolvimento da região; • Hospitalidade, tradições, saber fazer da população local; • As atividades nos setores primário e terciário com aplicações positivas na sustentabilidade da paisagem e no desenvolvimento socioeconómico do território; • Inclusão dos locais e dos produtos endógenos na promoção; • Floresta - Há empresas que adquirem biomassa, pelo que a limpeza de matas aquando do abate de árvores, é valorizada economicamente; • Existência / reconhecimento de feiras/mercados locais como emblemáticos; • Disponibilidade de formação de qualidade em Hotelaria e Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma maior articulação e colaboração entre a comunidade científica instalada no território e os empresários do setor do turismo, procurando fomentar uma colaboração ativa no desenvolvimento de projetos específicos; • Avaliar soluções que permitam resolver os problemas de licenciamento de alguns produtos agroalimentares do território /ver exemplo das cozinhas regionais do município de Melgaço); • Promover, juntamente com as empresas de restauração do território, a identificação de um menu específico (constituído por 2/3 pratos em que se valorize o conceito km 0) e que seja identificado com o território CETS; • Repetir a iniciativa de formação para taxistas “Welcome by Taxi” no território CETS; •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de preparação/ formação específica da mão-de-obra utilizada no setor do turismo; • Migrações demográficas e desertificação do território; • Deficiente política de empregabilidade dos jovens; • Esta é uma região pobre com recursos excelentes que não são devidamente valorizados; • Falta de redes de comunicação: internet, telefone e televisão; • Falta de transformação dos produtos agrícolas para os valorizar e aumentar o seu valor comercial e falta de produtos alternativos; • Pouca ligação de outras atividades económicas ao sector do turismo (ex. produção de vinho - Enoturismo). 	<ul style="list-style-type: none"> • Resolver os problemas de funcionamento do serviço de internet (falhas contínuas do serviço e lentidão) e de telefone; •

7. Cooperação interinstitucional e trabalho em rede no Território CETS

FATORES POSITIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Aparente predisposição política para a cooperação neste domínio • Parcerias institucionais existentes, designadamente nas áreas do Ambiente, da Cultura e do Turismo • Bons exemplos de cooperação transfronteiriça materializados em acordos e projetos comuns; • Cooperação com associações de profissionais de Turismo, Instituições de Ensino; associações de alojamento (ex. TURIHAB); • Existência da CIM Alto Minho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter ativa a Equipa Técnica de Projeto, por forma a promover a articulação e cooperação constante ente os municípios do território e restantes entidades; •
FATORES NEGATIVOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Resistência (cultural) ao trabalho em rede; • Pouco relacionamento entre os serviços turísticos /hoteleiros e animação (Há um espírito muito individualista dos agentes da região); • Dificuldades no trabalho intermunicipal; • Relação demorada entre a solicitação do privado e a resposta do institucional (Não há dinâmicas de cooperação entre as entidades privadas/públicas); • Falta de diálogo entre parceiros que se traduz muitas vezes na sobreposição de tarefas e de iniciativas • Dificuldade de concretizar iniciativas de cooperação com as Euroregiões, por inexistência em Portugal de uma Administração regionalizada; • Falta de trabalho em parceria; • Não há um relacionamento profícuo entre as entidades públicas que têm poder de decisão na região; • Competição entre instituições e territórios; • Ausência de uma visão integral do Alto Minho; • Organismos públicos substituem privados em algumas áreas (ex. alojamento). 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir uma visão integrada do Alto Minho e implementar essa visão entre as entidades públicas e privadas do território que devem trabalhar em conjunto; • Manter ativo o Fórum Permanente Turismo Sustentável, promovendo a realização permanente de reuniões; •